

Casa da Sogra

N a véspera da votação do Tribunal Eleitoral que extinguiu o PMB e decretou a inegibilidade de seu candidato à presidência, um ministro do atual governo, prevendo a hipótese da derrota na batalha mas não da guerra, telefonou para o candidato de outro partido pequeno, o PPB, e propôs a compra de sua legenda para servir de novo abrigo ao candidato que então teimava em permanecer no páreo. Em outras palavras, há um pressuposto de que existe partido pequeno à disposição para qualquer eventualidade, o que é uma aberração eleitoral, jurídica, moral e até mesmo comercial.

A proliferação de partidos pequenos, sem convicções políticas, mas com talento comercial ou religioso, é o rebento mais evidente da atual legislação eleitoral que, à pretexto de abertura política, escancarou as portas de uma maneira tal que por elas entraram sem cerimônia alhos e bugalhos. O papel desempenhado pelo PMB e seu líder, o pastor evangélico Armando Corrêa, é um dos mais vergonhosos da história republicana brasileira. Não é por falta de tamanho que um partido dito pequeno pode deixar de criar os enormes embaraços que quase tumultuaram o processo eleitoral.

Partido político, segundo uma definição já clássica, é a associação duradoura de cidadãos de um Estado que tem por objetivo atuar sobre a opinião pública para influenciar a composição e a orientação dos órgãos centrais e locais de autoridade, e eventualmente obter o exercício e os benefícios do poder. Mas, de acordo com o esclarecimento do jurista espanhol Temistocle Martínez, o partido político é uma força institucional porque sua finalidade é política e não pode ser outra. Sua influência se orienta para exercer influência e predomínio na esfera política, para dirigir e orientar, condicionar ou impulsionar os atos políticos de seu interesse.

Difícilmente os partidecos que entraram na política brasileira pela porta escancarada da permissividade eleitoral poderão se enquadrar nos cânones da política séria, porque o que neles predomina é o aventureirismo e o oportunismo das facilidades obtidas. Uma destas facilidades é o acesso obrigatório a horário na televisão; outra é a entrega da legenda, a qualquer momento, a quem pagar melhor. A *bancada evangélica*, da mesma grei do pastor Corrêa, deu um exemplo na Constituinte de como obter vantagens votando unida, passando por cima dos partidos. A formação de blocos extrapartidários, tipo *Centrão* ou *bancada evangélica*, deixou um rastro destrutivo no sistema político que continua a produzir efeitos colaterais imprevisíveis.

O próprio Corrêa já concorreu e perdeu tantas

vezes que sua insistência se deve a algum fator inexplicável. Quanto mais perdia, mais exibia uma insistência que desabrochou no dia em que se ofereceu com legenda e tudo a uma aventura que terminou mal porque começou mal, isto é, baseava-se em fraudes eleitorais escondidas sob a capa de partido insignificante. O PMB se alimenta da seiva evangélica, mas do ponto de vista político significa o quê? Segundo um de seus dirigentes, "não é de esquerda, nem é de direita, nem de centro". Em outras palavras, não é nada.

Outro eterno candidato, destes que afugentam espectadores na televisão, Antônio Pedreira, admitiu ter oferecido sua sigla por alguns milhões de dólares, alegando que gostaria de ser ressarcido dos custos da campanha que no entanto jamais passou de um traço nas pesquisas de intenção de voto. "Faço uma campanha muito cara, alugo aviões, tenho comitês no país todo e só uso papel de primeira", esclareceu o candidato, que concorre para perder mas não perde oportunidade de "pedir alto" quando se trata de vender a sigla e o espaço gratuito.

No código de ética do PMB está escrito que será considerada falta grave "receber ou aceitar promessa de dinheiro ou recompensa, patrocinando ou favorecendo interesses ilegítimos". Que estão esperando seus membros para aplicar a si próprios, a título de penitência, as leis que eles mesmos formularam? Para explicar o hábito das seitas evangélicas americanas de se reproduzirem com facilidade espantosa, alguém explicou que "cada um abre seu ponto para vender seu peixe". Isto é uma lógica mais adequada a mercado público do que a partidos políticos, que os membros de tais seitas impulsionam de maneira destrambelhada, mas aproveitando todas as brechas.

A grande brecha por onde partidos sem bússola e políticos sem responsabilidade moral penetram é a que ficou escancarada pela legislação eleitoral cevada de casuísmos e pequenos favores. Nos sistemas eleitorais de países avançados é normal a distinção entre os que têm ou não representação parlamentar, ou contem com a adesão de percentagem mínima de eleitorado; nas campanhas eleitorais se definem os partidos que ganham acesso privilegiado aos meios de comunicação ou recebem subsídios ou se mostram capazes de participar de coligações.

Tudo o que sair da norma é expelido da dinâmica eleitoral. Quantos partidecos brasileiros podem provar que estão em condições de participar do processo eleitoral? Por falta de um mínimo de vigilância e também por excesso de liberalidade eles entram no processo como se estivessem entrando na "casa da sogra".